

## A ESPESSA CORTINA DA INVISIBILIDADE\*

Nei Lopes  
Doutor honoris Causa (UFRJ e UFRGS)

Magnífico Reitor, Senhora Diretora do IFCH, doutos membros do Conselho Universitário; Doutora Elisa Larkin Nascimento, guardiã da memória do líder imortal Abdias Nascimento; Professora Doutora Petronilha Gonçalves da UFSCar, Professor Doutor José Rivair de Macedo; demais autoridades e representações. Prezadas Senhoras, Prezados senhores e Jovens presentes:

Desde nosso primeiro trabalho publicado, em 1981, a afirmação de uma identidade negra, principalmente a partir do resgate do verdadeiro passado da África e da real história dos africanos e descendentes no Brasil é a tarefa que prioritariamente vimos nos impondo. E assim procedemos por acreditar que o patrimônio cultural dos negros de hoje é a recriação dos valores de nossas civilizações ancestrais; e que essas civilizações foram também caudatárias de importantes contribuições, tanto asiáticas quanto ocidentais.

A África, ao contrário do que outrora se supunha, é um continente que criou civilizações – e digo “civilizações” no sentido de “conjuntos de aspectos peculiares à vida intelectual, artística, moral e material de uma época, de uma região, de um país ou de uma sociedade”<sup>1</sup>. E nós, afro-descendentes, somos o elo entre a História das Américas e do Brasil e a da África. Assim, o acesso ao conhecimento das edificantes experiências do saber e do espírito africano e afro-descendente é fundamental para a construção de uma auto-estima positiva em nossos semelhantes, sobretudo em nossa juventude. E aqui exemplificamos como os estudos lingüísticos:

---

\*Discurso no recebimento do título de Doutor Honoris Causa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul no dia 30 de novembro de 2017. Este texto foi parte integrante do processo administrativo que tramitou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul a partir de julho de 2016 por iniciativa do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e que teve por resultado a concessão do título de Doutor Honoris Causa a Nei Lopes, em sessão solene ocorrida no dia 30/11/2017.

<sup>1</sup> Dicionário Houaiss, 2001.

As línguas não são apenas veículo de comunicação, mas também reflexo de uma percepção do mundo: elas são veículos de sistemas de valores e expressões culturais e constituem um fator determinante da identidade dos grupos e dos indivíduos. Por isso, é importante nos informarmos sobre o tesouro que representam as línguas africanas, inclusive nos resíduos que ficaram no português falado no Brasil, bem como nas outras línguas europeias faladas nas Américas. Vocábulo como, por exemplo, *marimbondo*, *moringa*, *tanga*, *sunga*, *camundongo*, *quitanda*, *carimbo*, *milonga*, *mondongo*, *sopapo*, *zombar*, *zangar...*; e tantos outros, são tão cotidianos e familiares que raramente nos damos conta de sua importância histórica.

Da mesma forma ocorre com os conteúdos filosóficos que sustentam os fundamentos religiosos que nos chegaram da África e que, desde 1961, por resolução de um congresso de estudos teológicos realizado em Abidjan, na Costa do Marfim, tiveram seu conjunto oficialmente denominado como “Religião Tradicional Africana”.

Ao contrário do que quase sempre se pensou, existe uma filosofia africana, uma metafísica (investigação das realidades que transcendem a experiência sensível); uma ontologia (estudo da razão de ser das coisas), baseada num pensamento que remonta à Antiguidade, pensamento esse nivelado a algumas vertentes do pensamento e da filosofia asiáticas e da antiguidade greco-romana.

Então, por meio de uma ampla revisão bibliográfica – aliás, já em processo – podemos avaliar a importância da presença dos africanos no Brasil e no Mundo, bem além das referências, em geral estereotipadas, como as da música, da culinária e da capoeira. E a palavra que a partir de agora conduz nosso raciocínio é **invisibilidade**.

Através da História do Brasil, o surgimento e o desenvolvimento de grandes nomes oriundos do povo negro foi, primeiro, dificultado pela escravidão, que negava a plena cidadania até mesmo aos pretos e pardos – ou seja, aos negros – livres ou libertos. Depois, com uma abolição desacompanhada de políticas sociais, sobretudo educacionais e agrárias, que possibilitassem inclusão e ascensão a esse segmento, e seguida de uma política perversa demográfica que visava o branqueamento da população, tornou-se ainda mais difícil à evolução almejada.

Apesar disso, aqui e ali, graças à filantropia ou outras influências, alguns nomes despontaram. Entretanto, a referência a origens africanas de grandes personalidades da vida nacional, sempre foi, no Brasil, um tabu, pois era quase sempre considerada ofensiva, pesando como uma difamação. Essa ocultação das origens africanas de grandes vultos nacionais, associada à falta ou falsificação de suas iconografias, inclusive por fotografias retocadas, contribuiu lamentável e fatalmente para o desconhecimento sobre o peso real da contribuição de intelectuais, artistas e técnicos pretos e mulatos na formação da cultura brasileira ao longo dos anos.

Até bem pouco tempo, na maioria das publicações disponíveis, a condição de “negro” definia, no Brasil, mais uma categoria social do que uma afirmação de identidade. Os “grandes homens”, nessas publicações, quando afro-descendentes e pobres, eram mencionados apenas como “nascidos em lar humilde” e não em sua dimensão étnica.

Paralelamente a isso, a mitificação da mestiçagem brasileira mascarou, ao longo dos anos, a verdadeira face de muitos desses grandes homens, mencionados como “mestiços geniais”, quando sua aparência física denunciava eloquentemente à predominância de sangue africano em sua composição biológica.

Embora rechaçada pelo pensamento conservador contemporâneo, a determinação numérica da presença de descendentes de africanos no Brasil é uma questão de Estado. Na luta por melhores condições sociais, numa sociedade em que comprovadamente os pretos e afromestiços são sempre maioria nas camadas mais baixas, para nós é plenamente justificável a afirmação da identidade dos descendentes de africanos, da mesma forma que se justifica a existência dos milhares de associações étnicas nacionais que aglutinam, legitimamente, milhares de imigrantes e descendentes, de origem européia e asiática, por todas as grandes cidades brasileiras.

Entendemos que, do ponto de vista psicológico, dar visibilidade às realizações da inteligência e do talento dos afro-descendentes no Brasil é um reforço à auto-estima de toda uma enorme população. Tomemos como exemplo, a Literatura, campo onde a rarefação de escritores pretos e mulatos (negros, enfim) ainda é sintomática. Nos suplementos, nas resenhas, nas listas de vendas, constata-se a ausência. Nas grandes feiras de livros e nas estantes das livrarias, ela se confirma. E nós só aparecemos como **exceção**.

Daí, a pergunta que nos fazíamos pouco tempo atrás: Os escritores afrobrasileiros estão todos mortos? Ou apenas ocultos pelos véus do mercado e do preconceito?

A pergunta nasceu da afirmação contida em um artigo de jornal: “O romance brasileiro contemporâneo é escrito (...) por homens brancos, maduros, vivendo nos grandes centros urbanos, que trabalham como jornalistas, redatores de televisão ou professores”.

A afirmação vinha estampada na edição de 9 de setembro de 2013 do jornal O Globo. Os personagens desses romances são, em sua esmagadora maioria homens brancos, maduros, com alto nível de renda. – diz mais o jornal, em artigo de Regina Dalcastagnè, professora titular de literatura da Universidade de Brasília. E o artigo instigante vinha confirmar algo que já percebíamos há muito: a invisibilização do pensamento afrodescendente na cena cultural brasileira desde a metade do século 20. E essa invisibilização raízes bastante definidas.

O caso é que, abolido o escravismo no Brasil, as elites e os governos da República buscaram apagar, ou reduzir ao apenas episódico, as marcas da presença africana na civilização brasileira. Então, os intelectuais e artistas afrodescendentes que passaram à História o foram quase sempre referidos como mestiços ou mencionados por suas “origens humildes”, mesmo porque a alusão à africanidade era vista como menosprezo ou mesmo difamação. Um negro proeminente só era assim mencionado quando sua aparência, principalmente pela cor da pele, denunciava inapelavelmente sua origem africana. Foi o caso de Cruz e Souza, inclusive exaltado pelo epíteto “o Dante negro”.

Embora o contexto pós-abolicionista e sobretudo o da Primeira República tenha sido extremamente adverso para a população negra, o segmento se fez presente de forma significativa na Educação. E isto, não só como alunos – no esforço das famílias em busca de instrução–, mas também como professores e diretores de escolas, numa tradição que vinha do Império. Esse quadro é eloquentemente mostrado, em texto e imagens, no livro *A Cor da Escola* (Cuiabá, Ed. UFMT), da professora Dra. Maria Lucia Rodrigues Muller, a Universidade Federal Fluminense. Nessa obra, entretanto, a autora também demonstra a rarefação progressiva da presença negra ao longo dos anos, para concluir da forma seguinte: “É branco o magistério, como de resto são brancos praticamente todos os setores da Elite brasileira”.

Muito lamentavelmente, somos forçados a concordar com essa afirmação. Para reafirmar que, hoje, quando se procura reavaliar o peso da participação dos negros (pretos e pardos) na vida e na cultura brasileira, com vistas, antes de tudo, a alimentar uma autoestima positiva na juventude afrodescendente, os exemplos são invisíveis ou rarefeitos. Mas tentemos achar uma explicação.

A nosso ver, a circulação da Cultura, hoje, no Brasil, é uma das questões que mais expressam a exclusão de que nós afrodescendentes somos vítimas. E tudo começa lá atrás, com a Reconstrução que se seguiu a uma Abolição incompleta da ordem escravista. Nesse processo, aos pretos e pardos remanescentes da escravidão restaram, de um modo geral, as piores condições de vida. Notadamente nas grandes cidades, salvo raras exceções, os descendentes dos emancipados tiveram barrado seu acesso às oportunidades e aos ambientes sociais que lhes permitiriam tecer redes de amizade e parcerias importantes para a vida adulta, e através delas chegar, como outros grupos chegaram, em vários níveis, aos núcleos de influência, poder e decisão.

Vale ressaltar, que na Primeira Republica, engendraram-se diversas tentativas oficiais – políticas públicas, mesmo – no sentido de descorar a face africana do Brasil, até mesmo do ponto de vista biológico: supunha-se que a mestiçagem levaria ao embranquecimento final. Daí, a ideologia do “Brasil mestiço”, promovida, pelo que entendemos, no sentido de diluir a identidade da população negra.

Voltemos, então, ao mencionado artigo da professora Regina Delcastagnè, publicado apenas quatro anos atrás. E aí lembramos, como o exemplo mais eloqüente, dos escritores que desde o século 18 ergueram o portentoso edifício da Literatura brasileira. Numa listagem apressada, evocamos os árcades Basílio da Gama, Silva Alvarenga e Domingos Caldas Barbosa, também fundador da canção popular brasileira. Lembramos Gonçalves Dias e Machado de Assis. Lembramos o escritor e editor Paula Brito; o poeta e orador Luiz Gama, e o indiscutível Cruz e Souza; para chegarmos a Lima Barreto e Mario de Andrade.

Todos esses escritores, à exceção dos dois últimos, viveram o Brasil escravista. E depois deles nenhum outro, até agora, foi reconhecido nos mesmos patamares a que eles chegaram. Por quê?

Talvez a sujeição da Cultura brasileira a injunções puramente mercadológicas esteja por trás dessa invisibilização. E essas Injunções muitas vezes parece que consagram escritores negros de outras procedências, mas não dão voz aos locais. Não sabemos.

O que sabemos e podemos é mais uma vez afirmar nossa identidade étnica como a expressão do nosso Humanismo. E, para tanto, parafraseamos o escritor senegalês Alioune Sène<sup>2</sup> dizendo o seguinte: Para o cidadão afro-descendente, reivindicar-se como Negro é afirmar sua identidade humana. Não renegando os valores da civilização euro-americana, mas assimilando-os com total liberdade... Para com isso permanecer fiel aos valores culturais de seu povo e dar sua contribuição à Civilização Universal.

Na mesma linha, vindo do Senegal até a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, citamos textualmente o caríssimo amigo professor Amauri Mendes Pereira<sup>3</sup>: *África, Europa e América percorreram juntas uma tormentosa trajetória, especialmente nos cinco últimos séculos. O futuro, para a barbárie ou para a luz, também terá que ser construído em conjunto.*

Finalmente, queremos dizer que por trás da espessa cortina que invisibiliza a cultura afro-originada e seus atores repousam os saberes invisíveis da África e de sua tradição, continuadas no Brasil, em Cuba e nas Américas em geral. Nelas é que temos ido buscar a Força quer até aqui tem impulsionado nossa obra – modesta e despretensiosa, mas que agora, 40 anos depois de nossa primeira publicação, começa a ter alguma visibilidade e reconhecimento. Como o deste título que hoje recebemos, alavancada pelos irmãos da comunidade negra porto-alegrense aos quais agradeço, na pessoa do parceiro e amigo professor José Rivair Macedo, muito sincera e reconhecidamente. Muito obrigado!

---

<sup>2</sup> In Sur le chemin de la Négritude: Beirute: Ed. Dar-Al-Kitab, 1969

<sup>3</sup> Por que estudar a História da África, Rio, CEAP, 2006.

**OBRAS DE NEI LOPES**Pesquisas, dicionários e enciclopédias

- O Samba na realidade: a utopia da ascensão social do sambista. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- Islamismo e negritude - com João Baptista M. Vargens. Rio de Janeiro: UFRJ, 1982.
- Bantos, malês e identidade negra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical. Rio de Janeiro: Pallas, 1992.
- Dicionário banto do Brasil. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1996.
- Zé Kéti, o samba sem senhor. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 2000.
- “Bantuismos na linguagem gaúcha”. Cadernos Porto & Vírgula, nº 11, 2002, pp. 27-31.
- Novo dicionário banto do Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2003; ed. aumentada 2012.
- Sambeabá: o samba que não se aprende na escola. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Folha Seca, 2003.
- Enciclopédia brasileira da diáspora africana. São Paulo: Selo Negro, 2004; ed. aumentada, 2011.
- Kitábu: o livro do espírito e do saber negro-africanos. Rio de Janeiro: Senac-Rio, 2004.
- “African religions in Brazil, negotiation, and resistance: a look from Within”. Journal of Black Studies, vol. 34, nº 6, 2004, pp. 838-860
- Partido-alto, samba de bamba. de Janeiro: Pallas, 2005. Dicionário escolar afro-brasileiro. São Paulo, Selo Negro, 2006.
- Bantos, malês e identidade negra - versão corrigida e atualizada. Belo Horizonte, Autêntica, 2006; 2008.
- O racismo explicado aos meus filhos. de Janeiro: Agir, 2007.
- Dicionário Literário Afro-Brasileiro de Janeiro: Pallas, 2007.
- História e cultura africana e afro-brasileira. São Paulo: Balsa Planeta, 2009 (Prêmio Jabuti, paradidático)
- Nação Quilombo – artigos, com Haroldo Costa e Joel Rufino dos Santos. de Janeiro: ND Comunicação, 2010.

“Religiões afro-brasileiras: Um novo olhar”. Afro-Hispanic Review, vol. 29, nº 2, 2010, pp. 197-210.

Dicionário da Antigüidade Africana. de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Dicionário da Hinterlândia Carioca. de Janeiro: Pallas, 2012.

Dicionário da História Social do Samba – com Luiz Antonio Simas. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2015.

Dicionário da História da África: séculos VII-XVI – com José Rivair Macedo. Belo Horizonte: Edições Autêntica, 2017.

### Literatura

Casos crioulos – narrativas. de Janeiro: CCL Editora, 1987.

Incurções sobre a pele - poemas. de Janeiro: Artium, 1996.

171, Lapa-Irajá: casos e enredos do samba. de Janeiro: Folha Seca, 2000.

Logunedé, santo menino que velho respeita. de Janeiro: Pallas, 2000.

Guimbaustrilho e outros mistérios suburbanos – narrativa. de Janeiro: Dantes, 2001.

Vinte contos e uns trocados. de Janeiro: Record, 2006.

Kofi e o Menino de Fogo - infanto-juvenil. Ilustr. Héléne Moreau. de Janeiro: Pallas, 2008.

Mandingas da ‘Mulata-Velha’ na Cidade Nova - romance. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009.

Oiobomé, a epopéia de uma nação - rapsódia. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2010.

Esta árvore dourada que supomos - romance. São Paulo: Babel, 2011.

A lua triste descamba - romance. de Janeiro: Pallas, 2012.

Contos da colina – com Luiz Maffei e Maurício Murad. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2012.

Kofi et le petit garçon du feu. Benin: Editions Ruuisseaux d’Afrique, 2012.

Poética - poesia completa. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

Contos e crônicas – Para ler na escola. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

“Toada 121 anos depois” – poema, em Antologia UBE, org. Joaquim Maria Botelho. São Paulo: Global Ed. 2015.

“Prodígio” – conto, em Mapas Literários: o Rio em histórias, org. Ninfa Parreiras. Rio de Janeiro: Ed. Rovellet, 2015.

“Quem mandava era o Conde” – conto, em “O meu lugar” - org. Luiz Antonio Simas e Marcelo Moutinho. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

Rio Negro, 50 – romance. Rio de Janeiro: Record, 2015.

### Discografia

A Arte Negra de Wilson Moreira e Nei Lopes - LP (EMI, 1981)

Negro Mesmo – LP (Lira/Continental, 1983)

O Partido Muito Alto de Wilson Moreira & Nei Lopes (EMI, 1985)

Canto Banto: 300 Anos de Zumbi – CD (Saci, 1996)

Sincopando o Breque – CD (CPC-UMES, 1999)

De Letra & Música – CD (Velas, 2000)

Partido ao Cubo – CD (Fina Flor, 2004)

### **ESTUDOS SOBRE NEI LOPES**

CARVALHO, Mirian de. O espírito afro-latino na poesia de Nei Lopes. São Paulo: Scortecci, 2017.

ELIAS, Cosme. O samba de Irajá e de outros subúrbios: um estudo da obra de Nei Lopes. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

EVARISTO DE BRITO, Maria da Conceição. “Poemas malungos – cânticos irmãos”. Tese de doutorado em literatura comparada. Niterói – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense, 2011.

GONÇALVES, Cláudio do Carmo. “Ficção em terreno minado: a África de Nei Lopes”. Revista de Estudos Linguísticos, Literários e Culturais e da Contemporaneidade (UPE), nº 18b-3, 2016.

MELLO, Sanderson Reginaldo de. “A poética da ancestralidade em Oiobomé: a epopeia de uma nação, de Nei Lopes”. Acta Scientiarum, vol. 33-1, 2011.

FAUSTINO, Oswaldo. Nei Lopes: retratos do Brasil Negro. São Paulo: Selo Negro, 2009.